

Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC

Para: Fóruns, Comitês, Coletivos e Articulações Estaduais de Educação do Campo

Assunto: Propostas para atuação do FONEC em 2017-2018

A Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo¹, reunida em Brasília - DF no dia 06 de abril de 2017, aprovou e encaminha para discussão nos estados, o seguinte:

O atual momento político brasileiro é extremamente grave para toda a sociedade, mas especialmente para os/as trabalhadores/as da cidade e do campo.

Marcado por um Golpe midiático-empresarial-jurídico-parlamentar, o País está sob o comando dos interesses do capital sobre a vida dos trabalhadores e sobre os direitos e conquistas duramente alcançadas e institucionalizadas. Tais interesses encontram-se manifestos nas reformas em andamento, notadamente a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista, contra as quais estamos convocados/as lutar.

Sobre a educação, o Golpe já operou mudanças profundas, na sua estratégia de transformar a educação em mercadoria. Isso se reflete no congelamento dos investimentos públicos por 20 anos; na reforma do Ensino Médio; no corte drástico sobre o orçamento das Universidades; nas mudanças nas regras do Enem, entre outras.

Na Educação do Campo, faz-se sentir o peso da mão do Golpe do capital sobre duas das suas principais políticas.

O orçamento 2017 do PRONERA é o menor da história do Programa, se igualando ao orçamento do governo FHC. Em 2016, havia 99 turmas em andamento, sendo 34 do Programa *Residência Agrária Jovem*. Em 2017, a previsão é de que se concluam 48 turmas, restando apenas 51 turmas. Esta situação se agrava ainda mais com o “estoque” de mais de 100 projetos aprovados e não implementados. Mais grave ainda são as perspectivas apresentadas pela Coordenação do Programa, ao apresentar soluções pela via do financiamento privado, por meio de parcerias com grandes empresas, rompendo com a cultura histórica do PRONERA, e mesmo, com sua própria razão de existir, uma política pública financiada com orçamento público, o que legitima, no ordenamento jurídico do Estado, o direito dos/as camponeses/as à educação pública.

No que se refere aos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, a atenção especial se volta para os cursos em andamento e que ainda não se consolidaram como cursos regulares no âmbito das Universidades. Estes sofrem o risco real de encerramento, uma vez que os cortes orçamentários operados pelo MEC impedem o

¹ Entidades participantes da reunião: CONTAG, MST, UnB, Fórum Paraense de Educação do Campo, RESAB, FOCEC, Rede Mineira de Educação do Campo, Comitê de Educação do Campo/PE, UNEFAB e Fórum Estadual de Educação do Campo – FEEC/Bahia

financiamento dos cursos e seus custos na modalidade de alternância. Aqueles já instituídos sofrem a ameaça de desconstituição da modalidade de alternância, pela queda do orçamento e conseqüentemente do valor aluno/ano. Além da ameaça real de corte de bolsas estudantis, entre outras.

A Coordenação do FONEC está ativa na negociação junto à Andifes para assegurar que o MEC libere orçamento adicional, de caráter emergencial às IES em transição, para que estruturarem seus Cursos e ainda para que o MEC publique Edital de Consolidação dos Cursos, com financiamento de alojamento para os/as estudantes. Uma Comissão de duas IES por Região, com direção da Andifes e representantes do FONEC foi criada para encaminhar as providências e garantir as negociações.

Além disso, para além destas duas preocupações concretas e imediatas, agrava-se ainda mais o contexto de retrocessos para a Educação do Campo, pela desestruturação dos espaços públicos que tratam do tema, no âmbito do governo federal, conseqüentemente sobre os estados e municípios.

Neste contexto, a tarefa do FONEC se agiganta.

Dois movimentos devem orientar sua ação: a resistência às ainda que precárias conquistas, aliada à persistência na luta pela nossa agenda permanente: contra o analfabetismo; pelo direito à educação em todos os níveis; pela construção de escolas no campo e pela formação de educadores do campo para atuarem pela transformação das escolas do campo.

Neste sentido, o FONEC deliberou, em relação às ações de resistência:

1. Que todas as pautas de lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo incluam a agenda da Educação do Campo, sendo:
 - a. Jornada de Luta pela Reforma Agrária MST- abril
 - b. Marcha Nacional do MST – julho/agosto
 - c. Grito da Terra Brasil – Contag – segundo semestre
2. Que se estabeleça o diálogo com os/as estudantes para que todos os encontros regionais dos estudantes das Licenciaturas em Educação do Campo discutam a situação apresentada e organizem algum tipo de mobilização em direção ao MEC para assegurar orçamento para os Cursos, em regime de alternância, garantindo os custos de hospedagem e alojamento.
3. Que se discuta, no âmbito dos estados, com a participação dos movimentos sociais e sindicais do campo, docentes e estudantes, a viabilidade de uma Jornada Nacional de Luta pela Educação do Campo, além de ações no âmbito das próprias IES.
4. Em relação às ações de organização e mobilização de nossa agenda emergencial e permanente:
 - a. Realizar uma reunião ampliada do FONEC a ocorrer em Brasília, nos dias 26 e 27 de setembro de 2017;

- b. A reunião deverá deliberar sobre uma agenda estratégica de lutas e mobilizações para 2017/2018;
 - a. A reunião deverá deliberar sobre ações/eventos a serem desenvolvidos em 2018 – 20 anos da Educação do Campo e 20 anos do PRONERA;
- c. Solicitar que, antecedendo a referida reunião, os Fóruns, Coletivos ou Comitês estaduais se reúnam para debater a conjuntura da EdoC nacional, estadual e local visando apresentar subsídios e propostas à reunião ampliada;
- d. Convocar os estados que já tenham seus Fóruns, Coletivos ou Comitês organizados, a compor a Coordenação Nacional do FONEC;

EDUCAÇÃO É DIREITO. NÃO É MERCADORIA.

Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo

Brasília, DF, 06 de abril de 2017.